



25
anos
Luzes da Farmácia

Investigação



INVESTIGAÇÃO

25 anos da Investigação Científica em Portugal

José Miguel Azevedo Pereira
Professor Auxiliar com Agregação
da Faculdade de Farmácia da
Universidade de Lisboa



As condições para equipar laboratórios e para alimentar a ânsia de respostas às perguntas pertinentes que a Ciência nos coloca, foram sendo criadas ao longo destes últimos 25 anos.

O amável convite para contribuir para esta edição da FARMÁCIA DISTRIBUIÇÃO, criou um desafio interessante: falar sobre a Investigação Científica em Portugal nos últimos 25 anos. Vários seriam os caminhos que podia seguir. Desde logo, provavelmente o mais simples, enumerar as principais áreas (obviamente restringindo-me às que me são mais próximas) onde os progressos científicos mais se destacaram. Indo por aí, os resultados acumulados por equipas de investigação nacionais nas áreas como as infeções pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV) ou pelo *Mycobacterium tuberculosis*, a malária, as neurociências, o cancro, as doenças metabólicas, as doenças hepáticas, as novas formulações, as nanopartículas como veículos privilegiados de fármacos ou vacinas, seriam exemplos perfeitos para retratar a qualidade da Investigação levada a cabo durante estes 25 anos. Mas achei que a

oportunidade podia ser aproveitada duma outra forma. Menos descritiva mas mais reflexiva. As datas e os calendários têm destas coisas: lembram-nos o tempo que passou. Completarei, em fevereiro do próximo ano, 30 anos desde que integrei o grupo de investigação da minha grande amiga e mentora Professora Doutora Maria Odette Santos-Ferreira. Quis a conjugação de vários eventos, que em fevereiro de 1987 tivesse a oportunidade de começar a colaborar com a grande impulsionadora da investigação no HIV em Portugal. Durante estes anos percebi e vivi a enorme evolução verificada nessa área específica bem como em tantas outras. As condições para equipar laboratórios e para alimentar a ânsia de respostas às perguntas pertinentes que a Ciência nos coloca, foram sendo criadas ao longo destes últimos 25 anos. Tal aconteceu graças ao papel da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), liderada

na altura pelo Professor Doutor Mariano Gago (infelizmente já falecido), que permitiu a construção de centros de investigação e o seu equipamento e, a nível individual, a abertura de sucessivos concursos para financiamento de projetos de investigação. Essas sementes institucionais, caíram em solo fértil: a comunidade científica em Portugal soube aproveitar as oportunidades criadas. Com equipamentos e instalações a suportarem projetos bem delineados, a Investigação Científica portuguesa abandonou os *baby steps* e passou a caminhar forte e decididamente. Os dados fornecidos pela Pordata (<http://www.pordata.pt/Home>) relativos ao rácio do número de publicações científicas em revistas internacionais por cem mil habitantes, revelam que em 1990 esse número era igual a 10,1 e em 2014 era de 188,5... ou, dito de uma forma mais explícita, aumentou quase 19 vezes. Uma das áreas onde essa progressão



INVESTIGAÇÃO



mais se sentiu, foi nas Ciências Médicas e da Saúde: nesse espaço de tempo passou de 240 para 6.453, ou seja aumentou mais de 26 vezes. Significativo e revelador de como as políticas de financiamento científico delineadas tinham dado frutos. Mas nos últimos anos deste já longo percurso, muita coisa mudou. A crise - "saco" onde cabem tantas coisas - revelou-se a vários níveis na Investigação Científica. Desde logo verificou-se uma crescente saída do País de estudantes após a conclusão das suas licenciaturas, mestrados e doutoramentos. Naturalmente, nos países adotivos, esses estudantes revelaram todas as suas qualidades e potencialidades e, sem espanto, transformaram as suas capacidades em mais-valias para as instituições de acolhimento. São inúmeros os exemplos de investigadores cuja

A qualidade da Investigação Científica nacional resultou do aproveitamento das oportunidades por parte de investigadores e de professores universitários. Estes últimos, nos quais me incluo, com a dupla responsabilidade, inalienável em ambos os casos, de fazerem Investigação e de transmitirem conhecimentos.

formação foi custeada pelo Estado português e que fazem carreira em instituições estrangeiras, sem que esse labor se reflita na produção científica nacional. Vários por lá ficaram e por lá irão permanecer. Mas outros, movidos por múltiplas razões, pretendem regressar. E quanto teríamos a ganhar com esses regressos! Mas... que condições vão aqui encontrar? Que previsões a médio prazo poderão fazer em relação à continuação da sua atividade científica? A resposta a ambas é só uma: muito poucas ou nenhuma. Pensemos numa forma simples e pragmática: um investigador precisa de ter financiamento para poder levar a cabo os seus projetos de investigação. Para isso precisa de poder programar com a devida antecedência a elaboração de projetos que sejam competitivos e, por isso, capazes de virem a ser financiados. Mas como se poderá antever o que quer que seja se a principal entidade financiadora (FCT) não é capaz de definir a periodicidade com que os concursos para estes projetos irão ser lançados? Uma simples calendarização, esclarecendo se e quando os concursos iriam ser lançados, ajudava a tomada de decisões e à antecipação de cenários. Sem ela, naturalmente o potencial investigador "regressado" pensa: como ou quando vou conseguir arranjar condições para continuar a fazer Investigação? E não esqueçamos que na maioria dos casos esses investigadores TÊM todas as condições necessárias nos locais onde se encontram... Obviamente que este cenário é vivido pelos que, por umas razões ou por outras, não saíram. Os pormenores deste cenário chegam a ser caricatos. Uma rápida visita à página da FCT, chega para se perceber que o último concurso para projetos abriu há quase dois anos (em novembro de 2014). Os resultados desse concurso foram conhecidos em agosto de 2015. E, no momento em que estas linhas são escritas, a libertação do primeiro paga-

mento, o qual possibilita o início efetivo dos trabalhos, ainda não ocorreu para inúmeros projectos recomendados para financiamento. Como é que o País cativa o regresso (ou a vinda) de investigadores do estrangeiro com uma situação destas?

Em contraponto com este frustrante cenário, é de realçar pela sua importância a contribuição de organismos privados no financiamento da investigação científica nacional. O lançamento de concursos por parte de instituições privadas e de companhias farmacêuticas, tem-se constituído como "bóia de salvação" para muitos de nós. Tem sido com recurso a estas iniciativas que muitos projetos de investigação têm sido iniciados e concluídos, em particular nas áreas das Ciências da Saúde. Projetos em doenças infecciosas, cancro, neurociências, doenças metabólicas e várias outras, têm sido financiados com base nestas iniciativas. Para terminar e apesar de todos estes constrangimentos e incongruências, não quero deixar de expressar um sentimento de esperança. Essa esperança provém maioritariamente da análise retrospectiva ao que aconteceu nestes 25 anos. Os números atingidos, e conseqüente melhoria dos índices de produção científica nacional, são fruto de um enorme esforço e dedicação. A qualidade da Investigação Científica nacional resultou do aproveitamento das oportunidades por parte de investigadores e de professores universitários. Estes últimos, nos quais me incluo, com a dupla responsabilidade, inalienável em ambos os casos, de fazerem Investigação e de transmitirem conhecimentos. A primeira gera e consolida os segundos, os quais, quando bem transmitidos, permitem valorizar os futuros licenciados, mestres e doutorados. E, acima de tudo, permite aliciar os futuros cientistas para a fascinante tarefa de encontrar respostas às dúvidas colocadas nas mais diversas áreas do saber. Esperamos que dias melhores virão. 🌱

INVESTIGAÇÃO

Surge um novo ciclo de Investigação na área da Farmácia prática.

1992



Portaria 42/92 de 8 de abril: normas a que devem obedecer os ensaios analíticos, toxifarmacológicos e clínicos dos medicamentos de uso humano.

2000

Estudo intitulado "Contributo para o estudo e avaliação dos Cuidados Farmacêuticos prestados ao doente hipertenso em meio rural". Tratou-se do primeiro estudo em Portugal para avaliar os resultados da intervenção farmacêutica no seguimento de doentes hipertensos.

Estudo sobre o "Impacto dos Cuidados Farmacêuticos em Doentes Hipertensos". Um trabalho que veio reforçar a necessidade da intervenção farmacêutica em farmacoterapia.

2002

Constitui-se o Grupo de Investigação em Cuidados Farmacêuticos na Universidade Lusófona e que permitiu o trabalho em rede para implementação dos cuidados farmacêuticos interligando, profissionais, investigadores e universidades de vários países como o Brasil, Espanha, Portugal, entre outros.



2005

Publicação do II Consenso de Granada para Portugueses. Este documento veio apoiar um conjunto de trabalhos na área da prática clínica farmacêutica e servir de referência para os Programas de Cuidados Farmacêuticos da ANF que se encontravam em implementação.

2007



Inauguração do LEF. Uma iniciativa da ANF que vem a assegurar o desenvolvimento da manipulação magistral em Portugal.

2014



Publica-se um estudo designado "Contributo para o Estudo do Impacto Económico do Acompanhamento Farmacoterapêutico" em que se conclui que o Acompanhamento Farmacoterapêutico contribui para a sustentabilidade das farmácias além de produzir resultados clínicos de elevada magnitude.

Nova lei da investigação clínica e o regulamento europeu dos ensaios clínicos.